

8.

Considerações finais

As categorias de vulnerabilidades mais amplas definidas no início da pesquisa se reaperceberam na fala dos jovens. Seus depoimentos conferiram especificidades para as divisões do termo. Situações de vulnerabilidade social, individual e institucional emergiram nas experiências pessoais citadas pelos jovens participantes. As múltiplas modalidades de desvantagens sociais que caracterizam a vulnerabilidade social se concretizaram nas situações vividas por grande parte dos jovens. Limitações relacionadas a direitos básicos como saúde e educação, dificuldades de inserção no mercado de trabalho e exclusão social foram exemplos mencionados.

Os episódios de vulnerabilidade institucional se apresentaram nas notícias que traziam a polícia e o estado como autores de atos violentos. Em todas as *rodas de conversa* houve narrativas relacionadas a experiências negativas a esse respeito. A truculenta atuação da polícia e a corrupção mascarada pelo corporativismo dessa instituição foram temas de diversos depoimentos. Medo e descrença foram sentimentos expressados nos discursos para referir-se às expectativas de ações das autoridades em favor da mudança do quadro violento.

No entanto, de maneira análoga se fizeram presentes ressalvas a respeito das condições de trabalho dos policiais, seus baixos salários e a existência de um número significativo de profissionais honestos. Nessas falas, a expressão “honrar a farda” foi amplamente utilizada para designar o desejo desses policiais.

O conceito de vulnerabilidade individual está intimamente relacionado às características da contemporaneidade²¹. Diversos autores (Kehl, 2004; Lipovetsky, 2001; Bauman, 1998; Ehrenberg, 2000) apresentam nossos dias como tempos de urgência, de fluidez dos laços afetivos, comportamentos compulsivos, excessos de demandas e possibilidades. Essas características foram explicitadas nos relatos trazidos pelos jovens. A partir das notícias que representavam essa categoria mais ampla de vulnerabilidade, os jovens revelaram uma visão negativa

²¹ Alguns autores preferem hipermodernidade (Lipovetsky, 2001) ou pós-modernidade (Bauman, 1998)

da juventude. Em muitas falas os jovens foram representados como irresponsáveis e inconseqüentes, contudo as acusações vieram sempre acompanhadas de justificativas. Desamparo ou cumplicidade por parte dos pais, ausência de referências e modelos de boa conduta na própria sociedade e pressões sociais de conduta e performances foram citados como vetores das atitudes execráveis dos jovens.

Entretanto, em meio às acusações, surgiu um discurso interessante em defesa do jovem e da sua imagem na atualidade. Nessas falas o potencial transformador dos jovens foi destacado e sua capacidade de agenciar mudanças e de contagiar grupos foram percebidas como fundamentais para qualquer ação que se pretenda eficiente.

Percebemos que as *rodas de conversa* percorreram caminhos distintos de percepção do tema. É interessante observar que embora algumas questões tenham sido comuns em todos os grupos, tais como a questão do desamparo familiar, a irresponsabilidade dos jovens e as críticas a polícia, houve também discursos muito específicos e contextualizados. A opção por organizar os discursos a partir da notícia justifica-se pela atenção curiosa à pluralidade de questões que uma mesma reportagem foi capaz de suscitar: relações de poder, impunidade e corporativismo policial foram temáticas levantadas a partir de uma mesma notícia.

Outro ponto interessante foi o uso feito das notícias de jornal. Em determinado grupo a notícia foi o referencial principal para a fala dos jovens, os participantes pareciam conhecer bem a notícia e, em alguns casos, o próprio sujeito da notícia. Entretanto, em outro encontro os recortes foram apenas o ponto de partida para depoimentos que falavam muito pouco da notícia, nesses casos a reportagem era mero gancho para relatos de experiências pessoais, com personagens e contextos próprios. Dito de outro modo, podemos afirmar que enquanto em um grupo a notícia foi encarada como algo para se discutir sobre ela, em outros, a notícia foi tratada como algo para se falar a partir dela.

Em todas as *rodas de conversa* foi perceptível o conhecimento prévio dos participantes acerca das notícias trazidas. Em uma *roda* chamou-nos a atenção o conhecimento de um participante sobre os fatos para além das informações fornecidas pela reportagem. O jovem acompanhou diversos casos através da

internet e contribuiu com dados atualizados sobre as investigações dos episódios citados na notícia.

No espaço das *rodas de conversa* ocorreu uma confluência de discurso. Alguns jovens tinham a fala marcada pelo tom de desamparo e desesperança em relação a mudanças no quadro violento em que o jovem está inserido. Nesses casos, o relato das experiências com o risco e a vulnerabilidade foi pautado pela experiência de perda, algumas recentes, de amigos e conhecidos.

Em algumas falas, participação familiar e engajamento político foram amplamente discutidos. Em outros depoimentos, entretanto foi constatada uma tendência conformista e passiva frente ao problema. Nesses casos o discurso dos participantes foi pouco solidário, e a problemática da violência quando não estava sendo lançada para o Estado, foi tratada como problema de cada um.

Enquanto o discurso em algumas *rodas* foi visivelmente mais realista, contemplando políticas públicas, estratégias de enfrentamentos e posicionamento crítico frente ao problema da violência urbana; a outra apresentou uma postura mais intimista, pessoal.

Em “*Espaço urbano e constituição subjetiva da desigualdade social: um possível leitura das políticas da diferença*” Jobim e Souza e Passarelli (2006) oferecem pistas para uma reflexão dos modos de ser e estar na cidade, e demonstram de que maneira a via pública cria espaços de visibilidade e anonimatos no jogo das relações sociais. Diz os autores que

A cidade se oferece como espaço de tensão, de confronto, de encontros e desencontros, enfim, de desafios para enfrentarmos nossos limites interiores em um permanente aperfeiçoamento daquilo que cada um pode oferecer de si na relação com o outro. Tudo isso acontece quando há situações em que as pessoas são confrontadas com barreiras potencialmente conflituosas de identidade e diferença que devem ser negociadas no curso das trocas sociais. Isto significa que as desigualdades sociais apenas indicadas pelas diferenças sociais podem ser elaboradas a partir de uma relação social ativa entre diferentes (Jobim e Souza e Passarelli, 2006, p.124).

De maneira análoga à noção de cidade que os autores nos oferecem, as *rodas de conversa* também proporcionaram um espaço de confluência e encontro de pontos de vista heterogêneos que devidamente organizados auxiliam na compreensão do problema e na busca por soluções.

Assim, as *rodas de conversa* foram, sobretudo espaços de escuta dos jovens, que possibilitaram reposicioná-los no debate acerca de políticas públicas e ações voltadas para essa população. Em seus depoimentos foi possível identificar suas principais queixas, suas aspirações e expectativas em relação ao futuro e, principalmente suas sugestões de enfrentamento do problema. Majoritariamente, os depoimentos falavam de uma descrença do poder instituído apregoada a corrupção e a falta de interesse em melhoras significativas e verdadeiras. Em artigo sobre juventude e cidadania, José Machado Pais (2005) questiona o motivo da ineficiência de inúmeras intervenções políticas dirigidas à juventude. O autor defende que os insucessos das investidas governamentais advêm de uma má investigação do campo onde se pretende intervir. “As políticas de intervenção podem ser equívocas se não *ancorarem* em estudos rigorosos da realidade, se a deixam perder de vista” (p.126). Trata-se, portanto de consultar, sobretudo aqueles a quem se pretende beneficiar. Nesse sentido, nos debates sobre políticas públicas para a juventude, os jovens não podem estar fora do processo de formulação porque são eles que irão narrar a realidade do problema que se pretende combater.

Para utilizar um exemplo das *rodas de conversa*: quando a questão do uso e comercialização de drogas é alvo de programas de combate e prevenção, freqüentemente suas ações focam-se na questão da saúde coletiva, com intenção de auxiliar o usuário e na segurança pública para repressão da venda e do uso. No entanto, quando o uso de drogas foi tema nas *rodas de conversa* os jovens sugeriram como solução educação acerca do uso – no sentido de disponibilidade de acesso a informação sobre suas conseqüências e legislação a respeito do tema – e criação de oportunidade de emprego para neutralizar a força atrativa do tráfico. Não significa dizer que a repressão ao crime organizado seja desnecessária e que os dependentes químicos não devam ser amparados, no entanto na fala dos jovens percebemos o desejo por medidas que atinjam a gênese do problema, nesse sentido as ações do governo soam paliativas e conformadas.

Pais esclarece que o equívoco é proveniente, em grande parte, por um erro de contexto. Argumenta o autor que os programas e ações governamentais agem de forma determinística e estática, como em um jogo de xadrez, onde os

movimentos são limitados e de algum modo previstos. De modo inverso, as ações humanas são inacessíveis, indeterminadas e dinâmicas.

Ou seja, as políticas de juventude têm por objeto uma realidade complexa: não apenas porque as trajetórias dos jovens são complexas, mas porque elas decorrem em terrenos labirínticos (p.127).

Para ilustrar a questão o autor cita o caso de uma pesquisa etnográfica que realizou na ilha Santa Maria dos Açores. Em sua investigação, Pais (2005) constatou uma alta evasão de jovens da ilha chegada a época de ingresso no ensino superior. Em Portugal, quando finalizam a escolaridade obrigatória, os jovens são obrigados a escolher uma área de especialização de acordo com os cursos universitários que pretendem seguir. Ocorria que os estudantes optavam por cursos e especializações que não existiam na ilha.

O Ministério da Educação, perante estes “dados”, aparentemente “objetivos”, decidiu satisfazer as supostas pretensões dos estudantes, numa lógica de “oferta-procura”; as escolas secundárias de Santa Maria passaram a fornecer especializações nas áreas até então mais procuradas. Surpreendentemente, os jovens passaram a preferir as áreas que tinham sido extintas por falta de procura (p.127).

O autor explica que o fracasso da bem-intencionada ação do ministério da educação é fruto e exemplo de uma política feita de cima para baixa, impositiva desconectada daqueles a quem elas se dirigem. No caso da ilha de Santa Maria dos Açores não se levou em conta as subjetividades ocultas, os contextos de vida que revelariam o verdadeiro motivo da evasão dos jovens. O caso citado pelo autor é sugestivo porque evidencia as poucas chances de êxito de políticas de intervenção desancoradas de estudos rigorosos da realidade e alheia aos desejos dos seus pretensos beneficiados.

E foi este exatamente o objetivo fundamental das *rodas de conversa*, consultar a respeito de suas realidades e implicá-los na procura de alternativas para o estado de vulnerabilidade em que se encontram. Se existe a possibilidade de reversão desse quadro ela reside em parte na análise das experiências desse segmento social, suas táticas e estratégias de sobrevivência. Resulta daí a importância de convocar esse segmento social para a busca de soluções.

Nesse sentido, mais do que constatar o problema – redundando informações já fornecidas por estudos e estatísticas – esta pesquisa é também uma sugestão metodológica para abordar os jovens, propondo uma parceria para a formulação de políticas públicas, tendo os jovens como principais formuladores.